

AS RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-PARAGUAI E A PROBLEMÁTICA DOS “BRASIGUAIOS”

*Jessica Ausier da Costa**

Cite este artigo: COSTA, Jessica Ausier da. As relações bilaterais Brasil-Paraguai e a problemática dos “brasiguaios”. **Revista Habitus:** revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 60-75, jul. 2009. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 13 jul. 2009.

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar um dos problemas gerados pelo acesso a terra na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. O país vizinho, menos desenvolvido, atrai contingentes populacionais em busca de terra mais barata. Como consequência, o fato de brasileiros serem proprietários de largas faixas de terras no lado paraguaio da fronteira é um importante gerador de tensões. Será a partir desta questão, da terra, que desenvolver-se-a o problema dos brasiguaios. Com vistas a dar uma ampla visão sobre o presente assunto, além de trabalhar o problema dos brasiguaios também apresento uma noção geral sobre as relações políticas entre Brasil e Paraguai nas décadas de 1930 a 1960 juntamente com uma breve introdução das políticas fronteiriças brasileiras do século XX.

Palavras-chave: política Brasil- Paraguai, migração, brasiguaios, conflito



Introdução

O Brasil possui um longo histórico de disputas (algumas vezes violentas) em torno da questão fundiária. Em decorrência da intensa mecanização das terras no país, da repartição destas por herança, da perda de muitos posseiros de suas propriedades e da crescente valorização nos preços dos domínios rurais – dentre outros problemas – muitos brasileiros optaram por transpor as fronteiras de sua terra natal em busca de melhores condições de vida. E um dos destinos mais comuns desta forma específica de migração – vinculada à busca pela terra – foi o leste do Paraguai, região que oferecia um solo de alta qualidade para o plantio, terras a baixo custo e de fácil acesso.

Devido a esta conjuntura, o país guarani, menos desenvolvido, passou a atrair grandes contingentes populacionais oriundos do Brasil em busca de condições mais vantajosas de compra fundiária. Neste quadro, a parte oriental do Paraguai se tornou palco de um intenso fluxo migratório brasileiro nas décadas de 1960 e 1970, a ponto de se estabelecer na região um verdadeiro espaço brasileiro. Neste processo, um número expressivo de migrantes brasileiros [1] se tornou proprietários de largas extensões de terras no Paraguai. E levando capitais juntamente com as técnicas de cultivo desenvolvidas no Brasil para o outro lado da fronteira, estes migran-

tes converteram-se nos principais responsáveis pela crescente produção agrícola da porção oriental do Paraguai.

Entretanto, esta situação tem gerado inúmeros focos de tensão com a população camponesa local, que tem se mobilizado para protestar contra a concentração de terras e a presença de estrangeiros em solo paraguaio. Neste cenário, será a partir da questão da terra que se desenvolverá o problema dos imigrantes que ficaram conhecidos como “brasiguaios” [2].

Almejo neste artigo mais trabalhar a discussão acerca da colonização brasileira no Paraguai do que apresentar conclusões definitivas a respeito do tema. O texto que se segue está dividido em seis seções. Primeiro, trabalho brevemente sobre a política fronteiriça brasileira no século XX, destacando a atuação do Barão de Rio Branco para a demarcação das fronteiras brasileiras e para algumas políticas de aproximação entre os países sul-americanos. Em seguida, traço um panorama geral das relações bilaterais entre Brasil e Paraguai nas décadas de 1930 a 1960 com o objetivo de mostrar as condições que motivaram as correntes de imigrantes brasileiros para o Paraguai. A partir de então, introduzo o debate sobre a colonização brasileira. Para tal, dedico a terceira seção à elucidação de quem são esses colonos. No trecho seguinte, trabalho com os principais problemas enfrentados por estes indivíduos no país vizinho, qual seja, as dificuldades para a obtenção de documentos, para o acesso a terra e os conflitos com os sem-terra paraguaios. Por fim, mostro algumas das soluções encontradas pelos imigrantes (como a volta de muitos ao Brasil) e traço breves considerações sobre as políticas desenvolvidas por ambos os governos na busca de soluções para os problemas dos fazendeiros brasileiros que vivem no Paraguai.



Noções sobre a política fronteiriça

Através de inúmeros esforços políticos, no começo do século XX, Barão do Rio Branco resolveu para o Brasil uma questão que é crucial para a política externa de qualquer Estado: a consolidação de suas fronteiras. Nos primeiros anos deste século, o diplomata brasileiro conseguiu delimitar pacificamente as fronteiras nacionais brasileiras de maneira definitiva.

Em qualquer nação, pensar fronteira é pensar uma zona de potencial conflito. A história mundial é marcada por inúmeras peijas relacionadas às fronteiras internacionais. Índia, Rússia e China, que assim como o Brasil, têm dimensões continentais, possuem uma história marcada por numerosos períodos de conflito. Todavia, a história da construção dos limites territoriais brasileiros é um tanto distinta. O Brasil possui ao total dez regiões de fronteiras e todas estas foram definidas pacificamente pelo notável Barão de Rio Branco:

Primeiro como representante e advogado [do Brasil] em arbitragens internacionais (Argentina, 1895; França-Guiana Francesa, 1900) e, depois, de 1902 a 1912, como Ministro das Relações Exteriores em negociações de tratados de limites com países vizinhos (Bolívia, Tratado de Petrópolis, 1903; Peru, 1904/1909; Grã-Bretanha - Guiana Inglesa, aceitação do laudo arbitral de 1904; Venezuela - 1905; Holanda - Guiana Holandesa, 1906; Colômbia, 1907 e Uruguai, Tratado retificatório de 1909). (LAFER, Aula ministrada no Instituto Rio Branco, 2001)

Resolvida a questão fronteiriça, o próximo passo da diplomacia brasileira foi trabalhar uma maior aproximação com os seus países vizinhos. O colapso econômico de 1929 e, consequentemente, a crise do modelo liberal e capitalista fizeram com que os países da América do Sul buscassem um novo modelo de desenvolvimento para a região. Além de buscar uma maior cooperação entre as nações vizinhas, a diplomacia brasileira ficou conhecida na década de 1930 por suas soluções conciliatórias. Como exemplo, podemos citar a questão de Letícia, conflito armado entre Colômbia e Peru pela posse de Letícia (1932-1934), ou mesmo a Guerra do Chaco, disputa entre Paraguai e Bolívia pelo território do Chaco (1932-1936), no qual o Brasil foi um dos mediadores do conflito.

A política externa brasileira direcionada para a união e para a amizade entre os países sul-americanos buscou então aprimorar a eficiência econômica no continente através da exploração de sua potencialidade geográfica. Esta política partia da constatação de que, por constituir uma unidade física contígua, o continente sul-americano poderia abrir caminhos para uma cooperação econômica voltada para a integração da infra-estrutura regional. Em poucas palavras, as nações da América do Sul adotaram políticas voltadas para transformar as meras “fronteiras-separação” em complexas “fronteiras-cooperação”. Esta integração logística e econômica, por sua vez, aumentaria as vantagens comparativas dos países sul-americanos, permitindo a inserção destes de forma mais competitiva na economia mundial à medida que se aprimorariam os sistemas de transporte, logística, telecomunicações e de energia que permitiriam aos agentes econômicos adicionar valor a seus produtos e reduzir seus custos, estimulando, deste modo, o desenvolvimento da América do Sul.

Como antecedentes e marcos deste longo trabalho regional, temos como principais norteadores da diplomacia brasileira:

A ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio) de 1960, sucedida em 1980 pela ALADI (Associação Latino-Americana de Desenvolvimento); o Tratado da Bacia do Prata de 1969; o Tratado de 1973 com o Paraguai, que levou à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu; o acordo tripartite Argentina, Paraguai e Brasil, de outubro de 1979, compatibilizando as usinas hidrelétricas de Itaipu e Corpus; o Tratado de Cooperação da Amazônia, de 1978; o gasoduto Bolívia-Brasil inaugurado no primeiro semestre de 1999 - desfecho positivo de iniciativas que, entre avanços e recuos, remontam à década de 1930. (LAFER, Aula ministrada no Instituto Rio Branco, 2001.)

Breve histórico das relações bilaterais Brasil-Paraguai de 1930 a 1960

Entre os anos de 1930 e 1945, a agenda diplomática das chancelarias na América Latina estava voltada principalmente para (1) a formação de blocos que dividiam o mundo em dois, (2) a superação da crise capitalista e (3) as pressões provenientes das mudanças sociais que decorriam do desdobramento de um novo paradigma nas relações internacionais decorrentes destas novas transformações. As novas modificações que então surgiam alteravam, dessa forma, o mundo e o Brasil. Em termos geopolíticos, o país deixava de lado a letargia de sua política externa, que predominou de 1870 a 1930, para consolidar seu papel hegemônico na América do Sul.

No começo dos anos 1930, era a Argentina que exercia maior hegemonia sobre os países vizinhos, particularmente sobre o Paraguai e o Uruguai. Esta supremacia foi facilitada devido a retirada proposital do Brasil da região da Bacia do Prata após o término da Guerra do Paraguai, na década de 1870. Nesse sentido, de acordo com Amado Cervo (2001), os relatórios que chegavam à chancelaria brasileira provenientes de Montevideu e de Assunção alertavam para a falta de atenção do Itamaraty para com os países menores do Cone Sul, indicando que seria um erro pensar que o Brasil ainda estendia sua influência sobre a região. Uma vez que este descuido fosse levado em consideração, concluíam os mesmos relatórios, apenas uma estratégia que tivesse como objetivo restabelecer a presença brasileira nos dois países menores e, dessa forma, buscas-se reequilibrar os pesos econômicos e políticos do Brasil e da Argentina na região, poderia fazer com que Brasília angariasse uma maior influência. Neste contexto geopolítico e tendo estas considerações em mente, o Brasil buscou restabelecer um novo equilíbrio de poder na região do Prata. E uma das estratégias adotadas para alcançar este objetivo foi exatamente a tentativa de operar uma reaproximação entre Brasil e Paraguai.

Esta nova diretriz política teve seu primeiro grande impulso na década de 1930, quando o deputado Neves da Fontoura propôs que fosse realizada uma cerimônia solene na qual o governo brasileiro devolveria à Assunção os troféus nacionais que haviam sido seqüestrados durante a Guerra do Paraguai e perdoaria oficialmente a dívida pública que este país havia adquirido na guerra (CERVO, 2001, p.68). Da parte do Brasil, as duas iniciativas apresentavam-se como formas de expressar a generosidade do país para com seu vizinho e também, como gestos de “boa vontade” que permitiriam a ambas as partes superar o passado de conflitos. Da parte do Paraguai, Eusebio Ayala (1932-1936) [3], à época presidente paraguaio, também buscando expandir a cooperação com o Itamaraty, trabalhou na ampliação das alianças dos setores militares, de educação e de tecnologia entre os dois países.

Com o golpe do coronel Rafael Franco, em 1936, esta nova aproximação entre os dois países não sofreu quaisquer modificações. Pelo contrário, a política de cooperação continuou a se aprofundar, agora com o intuito de estabelecer uma união ferroviária entre ambos os países e também continuar com o treinamento militar de oficiais paraguaios por militares brasileiros.

Nesta busca por maiores estreitamentos nas relações bilaterais destacaram-se, no lado brasileiro, os Chanceleres Afrânio de Mello Franco e José Carlos de Macedo Soares, que fizeram amadurecer esta nova fase de cooperação entre Brasil e Paraguai ao promoverem a visita do Presidente Getúlio Vargas a Assunção em 1941. Foi a primeira visita de um chefe de Estado brasileiro à nação vizinha na história dos dois países. Farina destaca a importância deste encontro:

En su visita de 1941, Getulio Vargas dejó sentada la definitiva intención de un acercamiento del Brasil al Paraguay. En aquella ocasión firmó varios acuerdos y convenios comerciales y culturales. Pero sobre todo hizo con que el Paraguay comenzara a mirar más hacia el Este que hacia el Sur. El Correo Aéreo Militar Brasileño abrió su ruta semanal hacia Asunción y se incrementó en forma notable el intercambio de becarios, funcionarios, técnicos, diplomáticos y militares. (FARINA *apud* AMARAL e SILVA, 2006, p. 56)

Também em 1941, foi firmado um importante acordo entre os países, o *Convênio entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Paraguai para o Intercâmbio de*

Técnicos dos Dois Países, que teve como principais pontos: (1) a construção e exploração da Estrada de Ferro de Concepción a Pedro Juan Caballero; (2) o estabelecimento em Santos de um entreposto de depósito franco para as mercadorias exportadas ou importadas pelo Paraguai; (3) a concessão de créditos recíprocos destinados a facilitar o intercâmbio comercial; (4) a criação de uma Comissão Mista incumbida de preparar as bases de um tratado de comércio e navegação e o de intercâmbio cultural. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1941)

Apesar dos esforços para aumentar a cooperação política e econômica entre ambos os países, o Embaixador brasileiro em Buenos Aires João Batista Luzardo qualificou a política brasileira em relação ao Paraguai, ao longo da década de 1950 como uma simples política de observação da presença argentina. Neste período, o aparato brasileiro no Paraguai era inferior somente ao dos Estados Unidos. A presença brasileira em solo paraguaio consistia na presença do Instituto Paraguai-Brasil (sua missão era diplomática, cultural e militar), o consulado, a escritório comercial, o Correio Aéreo Nacional, a agência do Banco do Brasil e o Serviço de Navegação da Bacia do Prata (CERVO, 2001, p.178). Todavia, as ações destas entidades eram orientadas para influenciar pessoas de comando em um país que passava por momentos de grande instabilidade política e de mudanças bruscas de dirigentes. Deste modo, tais ações as tornavam basicamente nulas. De acordo com Amado Cerro, a política brasileira deveria:

[...] prover o Paraguai de comunicações duráveis que lhe abrissem as portas do Brasil e do Atlântico, concluindo a rodovia de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero e a ferrovia com terminais em Santos e Porto Esperança; sobre essa base física, firmar entendimentos para cooperação econômica e intercâmbio comercial e cultural. (CERVO, 2001, p. 178)

Com a ascensão de Alfredo Stroessner à presidência do Paraguai, em 1954, teve início um período de maior cooperação com o Brasil, em detrimento da Argentina. À época, o Paraguai buscava maior autonomia frente à tradicional dependência política e econômica de Assunção em relação ao governo da Casa Rosada [4]. Neste contexto, uma aproximação com o maior país da América do Sul, além de significar uma ampliação expressiva do mercado externo do Paraguai também assegurava uma via alternativa de escoamento dos produtos paraguaios para além do continente – através dos portos brasileiros. Somando-se a isto, outro fator que contribuiu para que o Paraguai transformasse sua política externa foi a ilusão da existência de possíveis poços de petróleo no território do Chaco. O governo em Assunção desejava impulsionar seu desenvolvimento com base na exploração dos supostos depósitos de petróleo na região do Chaco e para isto buscava a cooperação de empresas brasileiras, argentinas e a ampliação dos negócios com as companhias norte-americanas [5].

Dando continuidade a esta nova política de aproximação, no início da década de 1960, o presidente paraguaio Alfredo Stroessner (1954-1989), juntamente com o seu Ministro das Relações Exteriores, Sapena Pastor, implementou uma política de vinculação dos interesses paraguaios com os brasileiros. Esta nova política exterior do Paraguai produziu resultados concretos, como o aproveitamento hidrelétrico do Mondaí e do Acaraí, a instalação de estradas no território paraguaio, o uso do porto de Paranaguá, o pagamento do empréstimo de 1942, a inauguração da Ponte da Amizade em 1965, o fornecimento de armas e apoios moral, técnico e militar.

Não obstante, apesar das crescentes modificações que vinham ocorrendo no Paraguai, o país ainda sofria grande carência em termos de infra-estrutura, o que impossibilitava à população ter acesso aos serviços básicos e, assim, gerava contínuos problemas sociais. Para resolver estas questões, o governo de Assunção buscou povoar as áreas de terras férteis e de baixíssima densidade demográfica existentes na região oriental. Foi na esteira destas modificações que o governo do general Stroessner aprofundou as transformações no âmbito agrário tradicional do Paraguai. A fim de modernizar a agricultura e inserir o país no mercado agropecuário, o governo paraguaio criou condições favoráveis tanto para a migração interna quanto externa em direção a estas áreas rurais.

Neste quadro, em 1963, com o ajuda dos Estados Unidos – através do programa *Programa Alianza para el Progreso* – o Paraguai trabalhou na ampliação da estrutura fundiária do país. Destarte, foi criado o *Instituto de Bienestar Rural* (IBR) e o Estatuto Agrário (FIGUEREDO e MIGUEL, 2006, p.5). Estes novos mecanismos facilitaram a migração interna em direção aos espaços rurais que à época ainda eram pouco povoados. Ademais, em 1967, o regime Stroessner aboliu a Lei que proibia a compra de terras por estrangeiros, gerando assim condições propícias para que se iniciassem intensas correntes migratórias, sobretudo provenientes do Brasil. E foi nesse contexto que fazendeiros brasileiros atravessaram a fronteira Brasil-Paraguai na esperança de expandir, principalmente, o cultivo da soja. Surgia, desta maneira, um verdadeiro “território *brasiguai*” (FIGUEREDO e MIGUEL, 2006, p. 7).

A colonização brasileira

O leste paraguaio, região historicamente cobiçada devido a grande fertilidade de sua terra e que hoje é de extrema importância para as políticas estratégicas do Mercosul, foi palco de um intenso fluxo migratório brasileiro nas décadas de 1960 e 1970, a ponto de se estabelecer na região um verdadeiro espaço brasileiro, cujas dimensões não são totalmente conhecidos devido ao grande fluxo de imigrantes ilegais para a região.

Originalmente, o termo “brasiguai” foi utilizado para designar o agricultor brasileiro que migrou para o Paraguai em busca de terra. Esta migração, todavia, gerou – e continua gerando – diversas tensões no campo paraguaio, o que fez com que milhares de agricultores retornassem ao Brasil para reivindicar terras. E é na grande volta organizada, de 1985, que estes camponeses – que não tinham cidadania nem paraguaia nem brasileira [6] –, ficaram conhecidos como “brasiguaios” [7]. Em outras palavras, *a priori*, a utilização ou atribuição da identidade “brasiguai” pressupôs um duplo movimento de cruzamento da fronteira e a esperança do acesso a terra, primeiramente no Paraguai e posteriormente no Brasil (SPRANDEL, 1992, p. 104). Ademais, podemos caracterizá-los nas palavras de Marcelo Santa Bárbara:

O brasiguai é (...) sinônimo de apátridas, logo, de um grupo que não tem um território nacional de referência ou pertencimento. Seria uma “identidade-obstáculo”, pois eximiria o governo brasileiro de se interessar em facilitar a aquisição de documentos ou em pressionar o governo do Paraguai para viabilizar a legalização dos imigrantes que assim desejam (SANTA BÁRBARA, 2005, p. 341).

As primeiras migrações para o Paraguai ocorreram em 1954, com uma imigração preponderantemente composta por grandes proprietários de terras. Durante as décadas de 1960 e 1970, a imigração para o leste paraguaio foi estimulada pelo *Instituto de Bienestar Rural* (IBR) – atualmente *Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra* (Indert) –, órgão latifundista paraguaio, que ofereceu terras férteis (solo roxo) e baratas aos agricultores que desejassem migrar para esta região.

Durante a década de 1960, os fluxos migratórios eram compostos por pessoas procedentes do nordeste e norte do Brasil. Eram posseiros que desprovidos da terra iriam submeter-se às condições adversas encontradas no Paraguai daquela época.

Para o Estado brasileiro, a migração para o país vizinho apresentava-se como positiva na medida em que era uma maneira de diminuir os conflitos internos existentes no meio rural. Ademais, grandes emigrações para o Paraguai também seriam importantes para a geopolítica brasileira tendo em vista que este período foi marcado pela busca de uma maior cooperação entre ambos os países. Além disso, este grupo de migrantes representava uma importante resposta aos interesses brasileiros na ocupação das fronteiras. Nas palavras de Sprandel:

Em 1952, o general Golbery do Couto e Silva, do Exército Brasileiro, defende uma manobra geopolítica para a integração do território nacional, que consistia em ligar o nordeste e o sul ao núcleo central do país. Paraguai e Bolívia são apresentados como prisioneiros geopolíticos da Argentina, e aquelas regiões de fronteira são caracterizadas como indisfarçáveis zonas de fricção externas onde podem vir a contender, quer queiram quer não, os interesses brasileiros e argentinos. (SPRANDEL, 1992, p. 122)

Ao longo da década de 1970 ocorreu uma segunda marcha de migração brasileira para o leste paraguaio. O processo de reforma agrária no Brasil, a concentração da terra nas mãos de grandes pecuaristas e produtores de soja, a fragmentação das propriedades por heranças, a especialização da produção agrícola, a crescente valorização do preço das terras e a modernização tecnológica foram os principais incentivos para que muitos brasileiros cruzassem a fronteira. Além de buscarem o acesso a propriedade da terra, muitos imigrantes saíram do país (principalmente do Sul), onde já possuíam pequenas ou médias propriedades, para tornarem-se grandes agricultores no Paraguai. Para esclarecer melhor esta problemática, cito as palavras do professor Luiz Carlos Batista:

En 1972 mientras el precio de la tierra estaba en alrededor de Cr.3.000 la hectárea en suelos de primera en el sur de Brasil, y las tierras en el este de Paraguay. Unas estimaciones ajustadas que hice para el sur de Brasil basado en los datos del Instituto de Economía Agrícola de Estado de San Pablo. En el Paraguay los datos fueron obtenidos en base a entrevistas. Con esto conseguí hacer una Tabla para ver cómo evolucionaron los precios. Los resultados fueron éstos, expresados en Crs.:

Año	Brasil	Paraguay
1972	3000	500
1973	5000	600
1974	7000	700
1975	10000	800

1976	15000	900
1977	25000	1000
1978	30000	1200
1979	35000	1500
1980	60000	3000
1981	16000	15000
1982	480000	150000
1983	950000	800000

(BATISTA *apud* SALIM, s/d, p. 28)

ajud
[8].
truç:

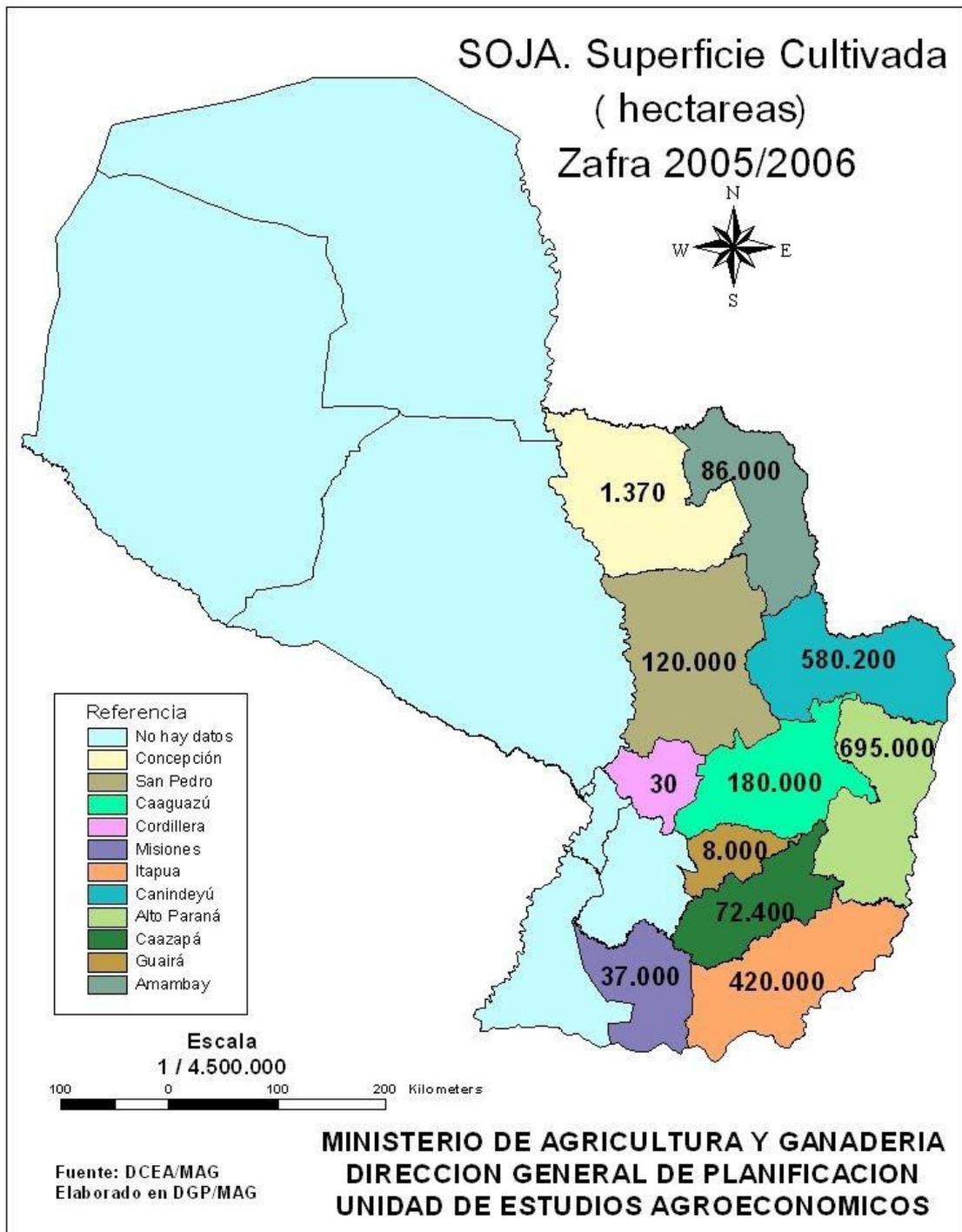


Fig. 1

A expansão para além do leste paraguaio deu-se com a segunda geração de migrantes. A falta de ajuda governamental, a parca infra-estrutura e a descapitalização fizeram com que pequenos agricultores paraguaios não tivessem muita alternativa além de colocar a venda suas terras aos grandes produtores. A parca presença governamental paraguaia no campo ampliou assim a potencialidade de conflitos à medida que dificultou a permanência dos pequenos produtores paraguaios em suas terras. Figueredo e Miguel ressaltam:

Impossibilidade [do governo] em proporcionar condições adequadas para uma grande maioria da população que ainda sobrevive numa estrutura fundiária estagnada. Aliado a este contexto, constata-se uma importante desorganização na aplicação dos recursos por parte do Estado paraguaio. (FIGUEREDO e MIGUEL, 2006, p. 11)



As dificuldades enfrentadas pelos migrantes brasileiros no Paraguai

Em um primeiro momento, os brasileiros se depararam com dificuldades decorrentes da falta de infra-estrutura no Paraguai. Entretanto, este não foi o único problema. O documento *Carta à População*, divulgado na década de 1980, no Município de Mundo Novo (MS), tornou público as principais dificuldades enfrentadas pelos brasileiros no país vizinho. A primeira denúncia está relacionada à dificuldade de aquisição dos documentos necessários para a regularização da condição de estrangeiro. De acordo com os migrantes, eram cobrados altos valores por esses registros e a falta destes papéis gerava prisões e violência para com os inadimplentes por parte dos policiais e das autoridades locais. Em vista disso, um grande número de brasileiros encontrava-se na clandestinidade. Além disso, mesmo aqueles que adquiriam os documentos estavam sujeitos à sua validade temporária.

As denúncias também relatam que os brasileiros eram obrigados a comercializar com empresas cerealistas determinadas, que pagavam preços ínfimos pelos seus produtos. Ademais, muitos pequenos proprietários rurais, por receberem títulos de validade questionável, eram obrigados a pagar diversas vezes pela mesma terra.

O Paraguai que fora pensado como solução transforma-se em pesadelo (SPRANDEL, 1992, p. 96). Em um primeiro momento, os brasileiros tiveram facilidade no acesso a terra e nos contratos de arrendamento. Contudo, a situação transfigurou-se. Além dos conflitos mencionados, estes agricultores começaram a presenciar o mesmo processo de mecanização da lavoura e a transformação das terras em pastagens – que outrora os “expulsou” do Brasil. Ademais, sentia-se entre a população paraguaia o crescimento de sentimento xenófobo devido à postura destes imigrantes. Nas palavras de Miriam H. Zaar:

Sentimento que talvez represente uma mescla de desprezo e medo por um grupo que não se integrou a sociedade guarani, ao contrário, manteve e impôs uma estrutura cultural distinta, e que por isto, representa uma ameaça a identidade guarani enquanto grupo étnico. (ZAAR, 2001)

Outro motivo de atrito entre os brasileiros e a população local está relacionado a questões raciais. Os colonos brasileiros, em sua maioria, possuem pele clara e olhos azuis enquanto os paraguaios são de origem indígena. Transmissões de rádio na língua local, guarani, encorajam os camponeses sem-terra paraguaios a incendiarem as casas e as terras dos brasileiros e a invadir suas propriedades – fazendas e lojas. Esta postura teve como reação na imprensa brasileira questões de limpeza étnica. Os brasileiros também se queixam das discriminações sofridas por seus filhos nas escolas e das intimidações impostas pelas autoridades de migração, uma vez que a maioria dos “brasiguaios” nunca recebeu documentos de identidade paraguaios. Ao mesmo tempo, muitos brasileiros nascidos no Paraguai não conseguem ter acesso a documentos brasileiros. As dificuldades geradas pela ausência de cidadania vêm dificultando, assim, tanto a vida no Paraguai como a tentativa de retorno ao Brasil.

O último grande problema está ligado às pressões exercidas pelo campesinato paraguaio para uma grande reforma agrária nas “terras brasileiras”. Organizados em grupos, os sem-terra

intimidam e invadem as fazendas dos brasileiros. De acordo com os camponeses paraguaios, o governo do general Alfredo Stroessner utilizou-se de mecanismos ilegítimos para apoderar-se de propriedades que lhes pertenciam e partilhá-las entre setores do próprio governo, empresas estrangeiras e projetos agropecuários, incluindo aqui o assentamento de milhares de pequenos agricultores brasileiros. O conflito pelas terras entre estes setores agravou-se ainda mais com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu (1973-83) que desalojou diversos agricultores de ambos os países devido às inundações.

Hoje, as críticas aos “brasiguaios”, em larga medida, ocorrem em um momento de muita tensão social no campo. A concentração de terras no Paraguai é uma das maiores do continente. E, apesar de ter expandido a sua base agrícola, esta continua pautada em poucos alimentos. O país é dependente de grande parte dos alimentos necessários para o consumo doméstico. Neste quadro, a perda das terras para o agronegócio, o grande número de empresários rurais brasileiros e o elevado grau de pobreza no campo fizeram com que os sem-terra paraguaios voltassem os seus descontentamentos para um determinado agente, os imigrantes brasileiros. Em outras palavras, além dos grandes empreendimentos rurais e da grave pobreza no campo, outro fator que chama atenção do campesinato paraguaio são as longas extensões de terras colonizadas por brasileiros. As cidades de Naranjal, San Alberto e Naranjito – nos departamentos de Alto Paraná e Canindeyú –, por exemplo, integram uma rede de cidades nascidas desta migração.

A ocupação das fazendas brasileiras tem sido a principal forma de manifestação contra a presença destes migrantes em solo paraguaio. Além do descontentamento da maneira com que grandes extensões de terra no passado foram cedidas ou arrendadas a colonos brasileiros, os camponeses paraguaios também protestam contra os cultivos mecanizados, como o da soja, que depredariam as florestas e poluiriam o meio ambiente. Neste quadro, percebe-se a emergência de diferentes movimentos sociais relativos à distribuição de terra, das riquezas e aos problemas ambientais (como o uso de agrotóxico). Para uma melhor elucidação deste cenário, destaco as palavras de Figueredo e Miguel:

As organizações campesinas apresentam reações cada vez fortes e tomaram como bandeira de luta a “*la defensa del territorio tradicionalmente rural*”. As formas contestatórias à modernização da agricultura criam um ambiente hostil com vários frentes de enfrentamentos entre polícias, campesinos e produtores. Uma organização denominada *Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas* (MCNOC), mediante o *grupo Frente Nacional de Lucha por la Vida y la Soberanía*, estimulam ações que tenham como objetivos “*conquistar La tierra para construir la reforma agraria y defender la cultura, la soberanía y el territorio en contra de la expulsión de la comunidades campesinas e indígenas por parte del modelo agroexportador*”. Questionam a cumplicidade das instituições nacionais com os interesses dos brasiguaios, em “*proteger*” o movimento de estes territórios rurais sem medidas ou efeitos benéficos aos aspectos socioeconômicos nacionais. (FIGUEREDO e MIGUEL, 2006, p. 11)



O retorno dos “brasiguaios”

Acostumados a uma vida cheia de dificuldades, muitos pequenos agricultores brasileiros desistiram de viver em um país onde não possuíam seus direitos mínimos assegurados. No Paraguai, os brasileiros que não possuem documentos não têm direito a assistência médica nem escolar e os problemas com o trabalho na terra gera muitas vezes fome entre esta população.

A soma das dificuldades acima juntamente com a esperança de se conseguir terras no Brasil foi o principal motivo para o primeiro retorno dos “brasiguaios” ao Brasil, em 14 de abril de 1984. Neste ano, um grupo de agricultores sem-terras iniciou a primeira ocupação organizada no Mato Grosso do Sul. Foram cerca 1000 famílias que ocuparam uma área improdutivo, das quais cerca de 150 - 200 eram “brasiguaias” (CORTEX *apud* SALIM, s/d, p. 43). O grande retorno deu-se no ano de 1985, quando houve uma volta organizada pela Pastoral do Imigrante no Paraguai a partir de contatos no Brasil, com representantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e da Pastoral do Imigrante em Foz do Iguaçu. Este regresso assumiu a dimensão de intensa mobilização camponesa pela terra, pressionando entidades de apoio e órgãos públicos competentes a se esmerarem na busca de soluções efetivas para atender à urgência das demandas.

Com a chegada ao Brasil, uma nova etapa estava posta a estes camponeses. Segundo Zaar:

Uma etapa seguinte ocorre com a chegada ao acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, momento em que inicia para este migrante, mais uma fase em sua vida. Neste acampamento, em companhia de centenas de outros agricultores, brasiguaios ou não, mas que em todo Brasil são milhares, a bandeira de luta do MST cria novas perspectivas. Ao recebê-los nos assentamentos e integrá-los no movimento lhes dão a oportunidade de lutar por um direito que é seu e que lhe vem sendo expropriado através das décadas: o direito ao trabalho e, portanto a terra que é seu principal instrumento de trabalho. (ZAAR, 2001)

No Brasil, os “brasiguaios”, ao servirem-se de uma identidade étnica como bandeira de luta, conseguiram um tratamento especial dos órgãos fundiários brasileiros. Estes se diferenciaram dos demais camponeses na luta pela terra, reafirmando sua condição de expatriados, com direitos plenos de cidadania. Destarte, muitos “brasiguaios” conseguiram atingir a opinião pública e obtiveram o pretendido: a propriedade de terras em território nacional.

Apesar de ainda nomearem os agricultores brasileiros residentes na República do Paraguai de “brasiguaios” é importante ter em mente que muitos não aceitam serem identificados como tal. Normalmente são famílias que não foram vítimas das invasões dos camponeses paraguaios, o que as possibilitou continuar trabalhando nas suas terras, e atingirem certa estabilidade econômica. Em outras palavras, caracteriza-se como “brasiguaião” aquela pessoa que enfrentou – ou enfrenta – dificuldades na aquisição ou manutenção das terras paraguaias.

Considerações finais

Depois dos Estados Unidos, o Paraguai é o país que mais recebe imigrantes brasileiros. Esta situação, somada aos inúmeros problemas sociais no Paraguai, tem trazido problemas graves para os brasileiros residentes neste país. Primeiramente, o grande problema que estes brasileiros enfrentaram foi o da cidadania. Muitos não foram considerados nem cidadãos brasileiros nem paraguaios e, por isso, não possuíam direito a voto nem acesso a serviços básicos, como saúde, por exemplo [10].

Ademais, apesar de ter provocado um surto econômico à região da fronteira, a presença dos brasileiros gerou um sentimento nacionalista e até xenófobo entre os paraguaios. Além da questão da terra, os camponeses também colocam em sua bandeira de luta a identidade nacional. Estes criticam a diluição da cultura local causada pela predominância dos estrangeiros que falam sua própria língua (o português), que usam sua própria moeda, hasteiam sua própria bandeira e são os donos das melhores terras.

A fim de diminuir os choques na zona fronteiriça, em 2005, o Paraguai aprovou uma lei proibindo a venda de terras para estrangeiros na faixa situada a 50 quilômetros da fronteira. É importante destacar que, os brasileiros proprietários de terra nesta área não perderam suas terras. O principal objetivo da lei foi acabar com os negócios que vinham se dando basicamente entre brasileiros, tendo em vista que, muitos departamentos da zona fronteiriça são habitados predominantemente por brasileiros.

Entre os projetos desenvolvidos para ajudar os brasileiros, destaca-se os esforços do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O Instituto tem trabalhado na troca de experiências e na capacitação de técnicos do *Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra* (Indert). Dentre as atividades encontram-se regularização da posse das terras de brasileiros pequenos produtores (AGÊNCIA BRASIL, 2008) e a doação, pelo Incra ao Indert, de GPSs para que este possa realizar o levantamento de sua malha fundiária (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2008). Além disso, outro importante projeto relaciona-se à ação conjunta do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com a *Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos* (DGEEC) para o levantamento dos paraguaios que vivem no Brasil assim como dos brasileiros que vivem no Paraguai (AGÊNCIA BRASIL, 2008).

Criar políticas públicas para uma região de fronteira é uma questão muito delicada, pois envolve interesses de diferentes Estados, elementos espaciais e legislações de países distintos. O fato de muitos brasileiros estarem na Tríplice Fronteira dificulta ainda mais as representações sobre os brasileiros que vivem no Paraguai. Pois se trata de uma área que vem sendo, por diversas instituições internacionais e Estados, imputada de financiar e/ou acobertar terroristas internacionais. Contudo, na busca de uma solução para o problema dos “brasiguaios” vem ocorrendo em alguns estados do Paraguai, o *Paraná em Ação – Feira de Serviços Gratuitos* – programa do governo do Estado, coordenado pela Secretaria Especial de Relações com a Comunidade. Em 2007, o projeto teve como um dos seus principais objetivos levar cidadania e inclusão social à população através da regularização da documentação de filhos de brasileiros nascidos no Paraguai, exames de saúde e oficinas de artesanato. Esta iniciativa foi possível devido à parceria com o Consulado Geral do Brasil em Cidade do Leste (Paraguai) [11].

Hoje, muitos brasileiros, grandes ou pequenos produtores agrícolas, donos de milhões de cabeças de gado, encontram-se na dependência total dos dois governos. Devido aos títulos falsos e as reivindicações da população local, muitos não tem como certo a posse da terra onde vivem a mais de 30 anos e ainda sofrem com as ameaças de reforma agrária em suas propriedades.

A partir das questões levantadas acima ficam ainda algumas perguntas, que podem não possuir respostas, mas que podem trazer reflexão: Quais as possibilidades para resolução de um "problema brasiguaiio"? A solução seria uma reforma agrária no Brasil e/ou no Paraguai? Ou seria um aumento no controle das fronteiras? Estas são apenas algumas questões que gostaria de levantar. Elas podem ser tratadas e desenvolvidas tanto por mim, quanto por outros autores. O mais importante é que é um incentivo para que o estudo da colonização brasileira no Paraguai se aprimore no Brasil.

NOTAS

* Graduanda do 5º período de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

[1] Não existem dados precisos sobre o número de imigrantes brasileiros no Paraguai. Levantamentos paraguaios estimam que em 2002 habitavam 81.592 brasileiros no país, contudo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil calcularam uma população de 459.147 em 2000. (ALBUQUERQUE, 2009)

[2] Tanto entre os especialistas quanto na sociedade civil e nos governos (Brasil e Paraguai), busca-se a desnaturalização da categoria "brasiguaios", pois seu uso indiscriminado pelo senso-comum não tem contribuído para a reflexão, tampouco para a resolução dos problemas práticos das pessoas que porventura possam sem assim designadas.

[3] Eusebio Ayala governou, primeiramente, de 1921 a 1923 e depois de 1932 a 1936.

[4] Uma maior aproximação com o Brasil, não significou um abandono das relações guaranis com a Argentina. Aproximar-se do Brasil era uma maneira de deixar o Paraguai menos dependente de um único país.

[5] Tanto no Paraguai quanto na Argentina e na Bolívia as empresas petrolíferas norte-americanas Henry Holland dominavam a exploração de petróleo.

[6] Na esperança de conseguir os documentos paraguaios, diversos brasileiros residentes no Paraguai pagaram grandes somas de dinheiro a pessoas que, além de fugirem com a quantia, exigiram seus documentos e nunca os devolveram. Em decorrência disso, muitos "brasiguaios" não possuem nem a documentação brasileira nem paraguaia.

[7] Apesar da classificação "brasiguaiio" ter surgido em um contexto de busca pela terra – primeiramente no Paraguai e posteriormente no Brasil – este termo passou por várias (re)significações. No discurso dos grupos camponeses paraguaios, por exemplo, os "brasiguaios" são os brasileiros capitalizados e investidores das multinacionais que estão "invadindo o país". Isto é, o termo "brasiguaiio" também pode se referir aos brasileiros ricos que "exploram" os paraguaios pobres. Além disso, atualmente a denominação "brasiguaiio" pode fazer alusão aos filhos de migrantes que possuem cidadania tanto brasileira como paraguaia ou mesmo a qualquer migrante brasileiro que viva no país. Neste quadro, muitos brasileiros residentes no Paraguai não gostam de serem denominados "brasiguaios" devido à depreciação do termo – muitos preferem identificar-se como brasileiros e algumas vezes mesmo como paraguaios.

[8] Hoje, a soja representa 30% do PIB paraguaio e o país responde pela quarta maior produção mundial deste grão.

[9] Tais fatores contribuíram com a idéia de que os imigrantes brasileiros seriam os difusores do progresso, trabalhadores e disciplinados.

[10] Fonte: <http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias-do-site/geral/geral-2006/questao-de-justica--a-dificil-vida-dos-brasiguaios-20060817/>

[11] Fonte: <http://www.guaira.pr.gov.br/php/noticia.php?id=1096>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, J. L. C. Os brasiguaios e os conflitos sociais e nacionais na fronteira Brasil-Paraguai. **Análise de Conjuntura**, OPSA, fev. 2009, n. 2.

AMARAL E SILVA, R. A. **Brasil- Paraguai: marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973. Um estudo de caso sobre o papel de Stroessner e a importância de Itaipu**. Dissertação de mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

BRASIL. Agência Brasil. **Conflitos entre camponeses paraguaios e colonos brasileiros são isolados, garante embaixador**. 7 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/04/07/materia.2008-04-07.8388810614/view>>. Acesso em: 17 nov. 2008

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Convênio entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Paraguai para Intercâmbio de Técnicos dos Dois Países**. 25 ago. 1941 Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_parg_31_3149.htm>. Acesso em: 9 dez. 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul começa neste sábado (22)**. 21 nov. 2008. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/1776/codInterno/19605>>. Acesso em: 6 jan. 2008

BRASIL. Notícias do Ministério Público Federal. **Questão de Justiça: a difícil vida dos brasiguaios**: Os direitos e as dificuldades dos emigrantes ilegais no Paraguai são o tema da entrevista desta semana. Disponível em: <<http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias-do-site/geral/geral-2006/questao-de-justica--a-dificil-vida-dos-brasiguaios-20060817/>>. Acesso em: 17 nov. 2007.

CERVO, A. L. **Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília: IBRI, 2001

FIGUEREDO, O. A. T.; MIGUEL, L. A. A modernização da agricultura e os Brasiguaios no Paraguai. In: **Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, 2006, Fortaleza. XLIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Brasília: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural - SOBER, 2006. v. 1. p. 1-15.

LAFER, C. Aula ministrada no Instituto Rio Branco pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores. **Instituto Rio Branco**. 12 abr. 2001. Disponível em: <<http://ftp.unb.br/pub/UNB/ipr/rel/discmin/2001/2977.pdf>> Acesso em: 06 dez. 2007.

MACHADO, L. O.; SILVEIRA, M. L. (Org.). *Estado, territorialidade, redes: cidades-gêmeas na zona de fronteira sul-americana*. In: **Continente em Chamas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PARANÁ. Prefeitura Municipal de Guaíra. **Brasiguaios regularizam documentos no “Paraná em Ação”**. Disponível em: <<http://www.guaira.pr.gov.br/php/noticia.php?id=1096>>. Acesso em: 12 dez. 2007.

SALIM, C. **Migración brasiguayos y Mercosur. Fuerza de trabajo rural en el centro-oeste brasileiro**. BASE-IS, BASE Investigaciones Sociales, Assunção, Central, Paraguai.

SANTA BÁRBARA, M. Brasiguaios: território e logas de identidades. NETO, H. P.; FERREIRA, A. P. (Org.). In: **Cruzando fronteiras disciplinares - Um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro: Revan, 2005b.

SILVA, H. M. Teuto-brasiguaios do Oriente Paraguai: alguns apontamentos sobre as condicionantes históricas da formação de uma fronteira de caráter binacional. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, 2005, v. 9, n. 3, p. 167-184.

SPRANDEL, M. A. **Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais**. Rio de Janeiro, 1992. Dissertação (Mestrado) - PPGAS, Museu Nacional.

SPRANDEL, M. A. Brasileiros na fronteira com o Paraguai. **Estud. av.** [online]. 2006, v. 20, n. 57 [cited 2008-12-19], p. 137-156. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200011&lng=en&nrm=iso>.

ZAAR, M. H. A Migração Rural no Oeste Paranaense/ Brasil: a trajetória dos “brasiguaios”. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-94-88.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2007.